

REQUERIMENTO No. 101/21

Requisita informações gerais sobre a Lei N° 6.883, de 10 de junho de 2020 (Lei que dispõe sobre o atendimento preferencial às pessoas com fibromialgia).

Senhor Presidente:

Respeitando as formalidades de estilo, ouvido Plenário, REQUEREMOS a Vossa Excelência se digne de oficiar ao Senhor Prefeito Municipal, requisitando-lhe a prestar as seguintes informações a esta Câmara sobre a Lei N° 6.883, de 10 de junho de 2020 (Lei que dispõe sobre o atendimento preferencial às pessoas com fibromialgia), reportando-se aos quesitos abaixo formulados:

- 1 A atual administração tem conhecimento desta lei?
- 2 Esta lei está sendo cumprida em nosso município? Caso negativo, qual o motivo da lei não estar sendo cumprida?
- 3 Em seu artigo 3°, fala que a identificação dos beneficiários se dará por meio de cartão expedido, gratuitamente, pela Secretaria Municipal de Saúde. O cartão de identificação do qual se trata neste artigo está sendo expedido? Se sim, quantos cartões de identificação já foram expedidos e quais documentos necessários para a expedição deste cartão?

Conto com vossa especial atenção e aproveito o ensejo para reiterar os votos de estima e distinta consideração.

Câmara Municipal de Birigui, Em 12 de Fevereiro de 2021.

FABIANO AMADEU DE CARVALHO VEREADOR



LEI N° 6.883, DE 10 DE JUNHO DE 2.020.

DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL ÀS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NOS LOCAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Projeto de Lei nº 17/2020, de autoria do Vereador Leandro Moreira.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BIRIGUI

DECRETA:

Art. 1º Ficam os órgãos públicos, empresas públicas, empresas concessionárias de serviço público e empresas privadas localizadas no Município de Birigui obrigadas a dispensar, durante todo o horário de expediente, atendimento preferencial às pessoas com fibromialgia.

Art. 2° As empresas comerciais que recebem pagamentos de contas deverão incluir as pessoas com fibromialgia nas filas de atendimento preferencial já destinadas aos idosos, gestantes e pessoas com deficiência.

Art. 3° A identificação dos beneficiários se dará por meio de

cartão expedido, gratuitamente, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4° O chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

ART. 5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Birigui, dez de junho de dois mil e vinte.

FELIPE BARONE BRITO,
PRESIDENTE.

Publicada na Secretaria da Camara Municipal, na data supra, por afixação no local de costume.

MARINEUVA ALVES DE SOUZA, DIRETORA-GERAL DA CÂMARA.